

CNPJ: 01.615.008/0001-25

LEI N.º 315/2021

DE 06 DE DEZEMBRO DE 2021

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, O FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FREI LAGONEGRO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1°. Fica criado o Conselho Municipal do Idoso (CMI), instância colegiada de composição paritária entre governo e sociedade civil, de caráter permanente, com poder deliberativo, consultivo e fiscalizador da Política Municipal do Idoso, de acordo com a Lei Federal nº: 10.741/03, que estabelece o Estatuto do Idoso.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal do idoso (CMI), como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social.

Art. 2°. Compete ao Conselho Municipal do Idoso:

- Zelar pela efetiva participação popular, por meio de organizações representativas, nos planos e programas de atendimento ao idoso;
- II. Zelar pelo cumprimento do Estatuto do Idoso, da Política Nacional, Estadual e Municipal do Idoso e demais legislações referentes ao assunto;
- III. Fazer proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação municipal, referente à política de atendimento ao idoso;



CNPJ: 01.615.008/0001-25

- IV. Participar de discussões e emitir parecer, sempre que solicitado pela autoridade competente, dos Projetos de Lei que tramitam na Câmara Municipal que dizem respeito a idosos;
- **V.** Estimular ações de atendimento ao idoso em parceria com as organizações governamentais e não governamentais;
- VI. Orientar, avaliar, deliberar e fiscalizar, por meio de acompanhamento, o repasse e aplicação dos recursos destinados aos programas de atendimento ao idoso, oriundos de qualquer nível governamental ou entidade não governamental, a serem submetidos à aprovação do ordenador de despesas;
- VII. Propor às instituições de ensino profissional ou superior a criação de comissões de integração, sugerindo prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos necessários ao atendimento ao idoso;
- **VIII.** Promover a realização de Seminários, Simpósios e Conferências para discussão e apresentação de propostas de solução dos problemas que afetam os idosos;
- IX. Elaborar e aprovar seu Regimento;
- X. Articular-se com os Conselhos Nacional e Estadual do Idoso e com os órgãos governamentais e não governamentais do Município, visando à intersetorialidade na aplicação da Política de Atendimento ao Idoso;
- XI. Convocar os membros do Conselho ordinariamente, a cada dois anos, ou extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre por maioria absoluta destes, para a realização de Conferência Municipal do Idoso, a fim de avaliar a situação de atendimento no Município e de propor e deliberar diretrizes para seu aperfeiçoamento;
- XII. Desenvolver campanhas que visem à promoção da qualidade de vida para o idoso;
- XIII. Deliberar sobre a movimentação de recursos financeiros vinculados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- XIV. Examinar outros assuntos relativos à sua área de competência.



CNPJ: 01.615.008/0001-25

- **Art. 3°.** O Conselho Municipal do Idoso de Frei Lagonegro será composto de 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, respeitada a composição paritária entre poder público e sociedade civil, com mandato de 02 (dois) anos, assim discriminados:
- 1. 03 (três) representantes do Governo Municipal, sendo:
 - a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Ação Social;
 - b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação.
- II 03 (três) representantes de entidades não governamentais, sendo:
 - a) 03 (três) representantes da sociedade civil.
- **Art. 4º**. Os representantes da Administração Municipal serão indicados, na condição de titular e suplente, pelo Prefeito Municipal.
- **Art. 5°.** Os membros não governamentais, titulares e suplentes, serão escolhidos em assembleias convocadas pela Secretaria Municipal de Ação Social em conjunto com os segmentos não governamentais discriminado no inciso II do artigo 3° desta Lei.
- **Art. 6°.** Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal.
- **Art. 7°.** O mandato dos Conselheiros do Conselho Municipal do Idoso é de 02 (dois) anos, facultada 01 (uma) recondução.
- **§1°.** O Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do Prefeito Municipal.



CNPJ: 01.615.008/0001-25

§2°. Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares, assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 8°. O Conselho Municipal do Idoso terá 60 (sessenta) dias para elaborar e colocar em discussão e aprovação pelo plenário o regimento interno que regulará o seu funcionamento.

Art. 9°. A eleição dos representantes do Conselho Municipal do Idoso deverá ser divulgada até 30 (dias) antes da eleição, que ocorrerá até 30 (dias) antes do término do mandato.

Art. 10°. Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de Frei Lagonegro.

- Art. 11. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será gerenciado pela Secretaria Municipal a que se vincula o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sendo de competência deste a deliberação sobre a aplicação dos recursos em programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa.
- **Art. 12.** Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:
- I. As transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;
- II. As transferências e repasses do Município;



CNPJ: 01.615.008/0001-25

III. Os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV. Produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V. Os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso (Lei Federal n° 10.741, de 01 de outubro de 2003);

VI. As doações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme Lei Federal nº: 12.213, de 20 de janeiro de 2010;

VII. Outras receitas destinadas ao referido Fundo, e

VIII. As receitas estipuladas em lei.

- §1°. Os recursos que compõem os Fundos serão depositados em conta especial sob a denominação "Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa", e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sem isentar a Administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação pátria.
- §2°. Os recursos de responsabilidade do Município de Frei Lagonegro destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, conforme regulamentação desta Lei.
- **Art. 13**. A Secretaria ou órgão municipal gestor prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal do Idoso sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.
- Art. 14. O Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, estabelecerá as



CNPJ: 01.615.008/0001-25

normas referentes à organização e operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 15. O Poder Executivo incluirá receitas e despesas na lei orçamentária anual destinadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 16 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 - Revogam-se as disposições em contrário.

Frei Lagonegro/MG, 06 de dezembro de 2021.

Geraldo Ferreira da Silva

Prefeito Municipal

rapiicado no Quadro de Avisos onforme Art. 032 da Lei Orgânica)ata: 06/12/2022